

29/6/99
22

JOSÉ GOLDEMBERG

Energia no século 21

Dispor de energia abundante e barata é condição indispensável para o desenvolvimento. Sem um mínimo de energia, a vida pode ser difícil, como era até o século passado para a grande maioria da população, que convivia com a escuridão, sem água corrente nem esgotos. Ainda hoje, um quarto da população mundial não tem acesso à eletricidade e um



O que pode ser feito para tornar o sistema energético mais sustentável?

terço vive bem pouco acima do nível mínimo de subsistência. Enquanto isso, um quarto da população mundial nos países mais ricos utiliza energia de forma extravagante. Por exemplo, o consumo médio por habitante nos Estados Unidos é dez vezes maior que o consumo médio de um habitante da Índia.

Essa não é uma situação que não vá perdurar por muito tempo, ou, sem outras palavras, não é sustentável, pelas seguintes razões:

■ A pressão social das populações sem acesso à energia que lutam para se desenvolver. Esse tipo de pressão que alimenta revoluções e guerras civis em várias partes do mundo ou provoca movimentos migratórios para os Estados Unidos e a Europa.

■ A exaustão dos recursos energéticos tradicionais, como carvão, petróleo e gás natural. Essa parece ser uma preocupação exagerada numa época em que os preços do petróleo estão caindo, mas esta é uma situação que não vai perdurar por muito tempo. Existem, é claro, reservas de combustíveis fósseis não tradicionais, como xisto betuminoso e outros, mas a sua utilização vai redundar em custos maiores que os atuais. Além disso, a necessidade de garantir o suprimento de energia vai se aguçar e criar problemas de acesso, que poderão le-

var a intervenções militares como as que ocorrem no Oriente Médio.

■ Problemas ambientais causados pelo uso de combustíveis fósseis, tais como deterioração da qualidade do ar nas cidades, "chuva ácida" e, mais recentemente, o "efeito estufa" causado pelo dióxido de carbono resultante da queima desses combustíveis.

Problemas ambientais são os que

têm recebido maior atenção nos últimos anos e a Convenção do Clima e o Protocolo de Kyoto são resultantes dessas preocupações. Eles são, porém, apenas parte do problema, porque os outros enumerados acima são, no curto prazo, até mais importantes do que o eventual aquecimento da Terra.

Por essas razões, agências das Nações Unidas e o Conselho Mundial de Energia decidiram realizar um novo estudo que analise o problema da energia na primeira metade do sécu-

lo 21, tendo como meta identificar o que pode ser feito para tornar o sistema energético mais sustentável do que o atual, baseado no consumo de combustíveis fósseis.

Esse estudo está em andamento, mas já se podem adiantar as suas linhas mestras, que são:

■ A importância de melhorar a eficiência do sistema atual, evitando perdas, o que redundará em prolongar a duração das reservas existentes de combustíveis fósseis. Isso é particularmente importante nos países ricos, onde o desperdício é maior e onde grandes economias podem ser feitas.

■ O uso crescente de novas fontes renováveis de energia baseadas no uso da energia solar em suas diversas formas, como o vento, aquecimento solar, geração de energia com dispositivos fotovoltaicos e o uso em grande escala de biomassa, como é feito no Brasil com a cana-de-açúcar. O uso de biomassa (lenha, resíduos agrícolas, lixo urbano e resíduos animais) está associado, em geral, a técnicas primitivas, mas isso está sendo mudado, como o Programa do Alcool demonstrou. É possível transformar biomassa

em combustíveis gasosos ou líquidos de alta qualidade.

■ O desenvolvimento de novas tecnologias, como o uso de hidrogênio ou novos tipos de reatores nucleares mais seguros.

O estudo identifica também as políticas públicas necessárias para que tais desenvolvimentos ocorram, uma vez que as leis do mercado são lentas. Além disso, o próprio mercado tem distorções que precisam ser eliminadas para que os desenvolvimentos ocorram, como, por exemplo, subsídios ao uso do carvão, que ocorre em vários países.

A estratégia que está sendo utilizada no processo de privatização das empresas de energia no Brasil dá uma boa ideia das políticas públicas que se podem adotar: nas empresas de distribuição de eletricidade que passaram das mãos do Estado para a iniciativa privada é obrigatório o investimento de 1% do faturamento bruto em conservação de energia e desenvolvimento tecnológico. Com isso se combina o maior dinamismo da empresa privada na gestão dos negócios com investimentos nas áreas que levam efetivamente a uma maior sustentabilidade.

Esse tipo de taxa ou imposto sobre a energia vendida se diferencia de outros, como ICMS ou IPI, que vão para os cofres do Tesouro, porque são direcionados para melhorar o próprio setor de energia, com vantagens para as empresas e para os consumidores.

Outras políticas públicas, como a introdução de normas e padrões de qualidade e desempenho, também têm papel importante e o estudo em realização dará exemplos de sua introdução em diferentes partes do mundo.

O que se espera é que o estudo demonstre que desenvolvimento e sustentabilidade não são incompatíveis.

■ José Goldemberg é presidente da comissão que prepara o estudo sobre Energia no Século 21

